

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Paraíba

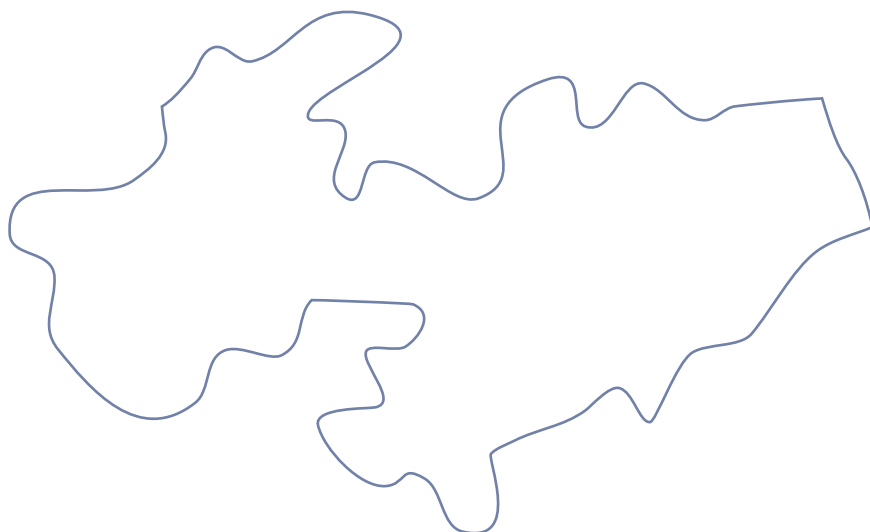


Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Paraíba



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Paraíba
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Paraíba

Presidente: José Marconi Medeiros de Souza

Vice-presidentes: 1º – Jailton Eloy Mendes, 2º – Inácio Ramos Borba

Diretores Secretários: 1º – Guilherme Marconi Coutinho de Souza, 2º – Francisco de Assis Oliveira

Diretores Tesoureiros: 1º– Fernando de Andrade Teixeira, 2º– José Claudionor Fernandes da Silva

Diretores Titulares: Carlos Augusto Pinheiro Cavalcante, Vanduhi de Farias Leal, Alexandre José Cartaxo da Costa, Marcelo Abrantes Silva, Fernando Flávio Madruga de Oliveira Lima, Antônio Rangel Moreira, Herbert Almeida da Cunha, Marconi Barros dos Santos, Otilio Neiva Coelho Junior, Zenon Alves de Melo

Diretores Suplentes: Joseane Muniz Brandão, Neilton Neves dos Santos, Edalmo Leite Fernandes de Assis, Eronaldo de Vasconcelos Maia, Francisco Cesar Martins de Oliveira, Fábio José Interaminense de Santana, Jurandi Araújo da Silva, Geniezer Pereira Ventura Filho, Stanley Lira de Souza, José de Sales Martins, Marcelo Tomas de Araújo

Conselho Fiscal – Titulares: Raul Ventura da Silva, Manoel José do Nascimento, Silvino Bezerra da Cosia Junior

Conselho Fiscal – Suplentes: José Coriolano Porto, Vantuiler Leite Chaves, Leonardo Lins Pereira de Melo

Representantes junto à CNC – Titulares: José Marconi Medeiros de Souza, Guilherme Marconi Coutinho de Souza

Suplentes: Fernando Flávio Madruga de Oliveira Lima , Otilio Neiva Coelho Junior

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-PB, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e Diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Paraíba
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Paraíba /
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Paraíba.
– 2. ed. – Paraíba: Fecomércio, 2024.
20 p. : il. : color.

1. Gestão Pública. 2. Infraestrutura. 3. Tributação. 3. Educação. 4. Paraíba
I. Título.

CDD 351

Sumário

Apresentação.....	4
Somando esforços.....	5
Introdução	6
Caminho para o desenvolvimento.....	7
Tributação.....	8
Redução da carga tributária estadual.....	9
Redução dos impostos para incentivar a produção de energia limpa.....	9
Adequação da Margem de Valor Agregado (MVA) à realidade do mercado	10
Isenções Tributárias	10
Tratamento diferenciado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI).....	11
Ambiente de negócios	12
Reduzir a alíquota de ISS dos representantes comerciais.....	13
Incentivo ao desenvolvimento do Sertão Paraibano	13
Apoio para obtenção do Selo Verde pelas empresas.....	14
Desburocratização.....	14
Transformação digital no setor público	15
Reduzir prazo de emissão de licenciamentos e alvarás.....	15
Institucional.....	16
Ampliar a representatividade da Fecomércio nos fóruns de debate em órgãos do governo.....	17
Educação e bem-estar.....	18
Qualificação de mão de obra (parceria Senac).....	19
Referência em Tecnologia da Informação.....	19
Educação infantil e fundamental (Sesc)	20



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

José Marconi Medeiros de Souza

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-PB



**José
Roberto
Tadros**



**Marconi
Medeiros**



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio na Paraíba, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresariado local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 96.634 estabelecimentos, dos quais 36.280 são voltados para o Comércio, 39.916 para o segmento de Serviços e 4.218 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 1.339, e da Indústria, com 14.881 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 79,5%, assim distribuídos: Serviços, 61,6%; Comércio, 13,8%; e Turismo, 4,1%. A Agropecuária e a Indústria somaram 20,5% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenavist, Fecombustíveis, Fenacor, Feaduaneiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio
no estado**





Tributação

Redução da carga tributária estadual

Contextualização:

A alta carga tributária traz como efeito o desestímulo aos investimentos, consequentemente diminuindo a geração de renda e de empregos e o crescimento econômico. Se a população tem menos dinheiro para gastar, ela vai adquirir menos produtos e serviços. Logo, prejudica a produção industrial e o crescimento do País.

Posicionamento:

Dessa forma, podemos ver com bons olhos a possibilidade de que seja realizada uma grande reforma tributária. Além de melhorar o custo de vida, também gera uma padronização que auxilia na fiscalização das cobranças, assim como desonera, ainda que temporariamente, o custo tributário e permite a redução ou a manutenção de preços para o consumidor.

Redução dos impostos para incentivar a produção de energia limpa

Contextualização:

Outra demanda trazida pelo setor empresarial, principalmente o setor do comércio de farmácia e drogarias e pequenos empresários, em virtude da necessidade de climatizar o ambiente, pois a temperatura acima de 30°C compromete o fator físico-químico do ambiente. Neste caso, muitas farmácias possuem dificuldade em climatizar seus ambientes em virtude do alto custo dessa energia.

Posicionamento:

A demanda apresentada sugere a existência de determinados incentivos ou subsídios, no sentido de diminuição das taxas voltadas para todos os setores empresariais, em especial os pequenos empresários da área farmacêutica, quanto à redução de impostos. A proposta tem o potencial de ampliar o uso dessa energia renovável, beneficiando as empresas que necessitam desses insumos no processo produtivo. A redução das tarifas de importação também pode contribuir para diminuir as pressões inflacionárias atualmente presentes na economia nacional, e que tanto prejudicam a população de menor renda.

Adequação da Margem de Valor Agregado (MVA) à realidade do mercado

Contextualização:

A Margem de Valor Agregado também recebe o nome de Índice de Valor Agregado (IVA). É uma margem que influi no preço final dos produtos e no modo como o imposto é recolhido quando o produto é taxado. As secretarias estaduais da Fazenda controlam esse percentual para diminuir a vantagem competitiva em cima do preço final das mercadorias. A MVA incide como percentual sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os itens que estão sujeitos à Substituição Tributária (ST). Trata-se de uma compensação que permite um melhor equilíbrio entre os valores usados por cidades e estados diferentes.

Posicionamento:

Compreendemos que a Margem de Valor Agregado é de máxima relevância para determinados segmentos empresariais. É um índice que permite mais justiça na incidência dos impostos, garantindo equilíbrio entre as alíquotas diferentes de diferentes estados, evitando que determinada organização empresarial obtenha mais competitividade devido à alíquota do estado ou cidade em que se encontra.

Isenções Tributárias

Contextualização:

A isenção tributária consiste na dispensa legal do pagamento de um tributo que é devido. Ela não é considerada como uma causa de não incidência tributária, uma vez que, mesmo com a aplicação da isenção, os fatos geradores continuam acontecendo e gerando obrigações. Nesse sentido, somente a etapa de lançamento e a posterior constituição do crédito são excluídas do processamento.

Posicionamento:

É de suma importância a concessão de isenção dentro da esfera de atuação do comércio de bens e serviços e turismo, tendo em vista que essa permissão proporciona incentivos fiscais e visa estimular o desenvolvimento das empresas, mediante a redução da carga tributária. Além disso, esse benefício otimiza a gestão financeira do empreendimento e promove a realização de melhorias cada vez vantajosas e promissoras.

Tratamento diferenciado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI)

Contextualização:

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) têm ocupado, cada vez mais, papel de importância nas aquisições e contratações públicas, em virtude das constantes alterações em busca do desenvolvimento econômico e social.

Posicionamento:

Salvaguardamos a manutenção da proteção direcionada às pequenas empresas, que são fonte de geração de renda e captação de tributos, visto que trará benefícios de cunho econômico, decorrente da localização geográfica comercial, como a social, posto que oportuniza, por exemplo, a geração de empregos, consequentemente elevando o poder de compra da sociedade, retornando, indubitavelmente, à própria Administração sob outras formas, a exemplo de impostos, taxas e tributos ou da redução dos impactos em diversas áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Ressaltamos a relevância de estar bem amparado por orientação técnica de especialistas da área no processo de formalização da empresa, possibilitando a mitigação de problemas fiscais e legais. Possuir um plano de negócios é de grande valor para auxiliar nesse processo, visto que indicará perspectiva de faturamento, possibilitando assim um adequado enquadramento.

Por fim, infere-se que tais políticas poderão alcançar de forma irrestrita todas as microempresas e empresas de pequeno porte formalmente constituídas no Estado da Paraíba, de forma a poder torná-las mais competitivas e, sobretudo, aptas a participar da economia global.



Ambiente de negócios

Reduzir a alíquota de ISS dos representantes comerciais

Contextualização:

A categoria de representantes comerciais enfrenta uma dificuldade no que diz respeito à alíquota de ISS. Tal fato gera a migração de seus endereços contábeis para localidades com uma alíquota mais atrativa. Os percentuais variam de 2% a 5%.

Posicionamento:

Ter uma comissão com o presidente do sindicato e, juntamente com alguns representantes, fazer uma reunião com mediação do jurídico para que sejam acordadas alíquotas mínimas e máximas para as categorias, com algum tipo de escalonamento de faturamento. Como, por exemplo, R\$ 10.000 de NF - 5% , R\$ 30.000 de NF - 3%, e assim escalando as alíquotas.

Incentivo ao desenvolvimento do Sertão Paraibano

Contextualização:

A região do Sertão do estado foi historicamente estigmatizada pela seca sofrida. Contudo, atualmente, essa realidade tem se transformado devido, principalmente, à chegada das águas da Integração do Rio São Francisco. Com esse novo cenário de desenvolvimento, é necessária a criação de projetos para a região. Alguns exemplos: turismo local; apoio à agricultura familiar; capacitações para o uso produtivo das águas do Rio São Francisco, visando gerar emprego e renda para a região; regularização dos títulos de posse de terras dos colonos; e redução da carga tributária, para atração de novos investidores e fomentação da economia local.

Posicionamento:

Acesso à linha de crédito subsidiada aos pequenos e médios empresários através do BNB, BB (Pronampe), etc.; contratação de empresas especializadas em projetos hídricos e de implantação de cultura de plantio de frutas através da irrigação artificial; projeto de divulgação nacional e internacional do turismo local, atraindo investidores de fora; gestão compartilhada (pública e privada) da administração do uso das águas do São Francisco; e incentivo para instalação de empresas que possam agregar valor nos produtos locais.

+ categorias, com algum tipo de escalonamento de faturamento. Como, por exemplo, R\$ 10.000 de NF - 5% , R\$ 30.000 de NF - 3%, e assim escalando as alíquotas.

Apoio para obtenção do Selo Verde pelas empresas

Contextualização:

A questão da sustentabilidade é primordial para a sociedade e para as empresas, principalmente por meio do Selo Verde. Porém, muitos empreendimentos não conseguem se engajar na causa sustentável devido à logística reversa, que aumenta muito os custos.

Posicionamento:

Incentivar e viabilizar formas para que as empresas adquiram o Selo Verde, podendo, inclusive, ter um prestador de serviço público de descarte que atenda a todos.

Desburocratização

Contextualização:

A burocracia deve ser compatível com a importância do processo ao qual se relaciona, para que não acabe indo contra sua principal característica e gere ineficiência. Portanto, consideramos importante a desburocratização administrativa governamental. Uma empresa comercial, por exemplo, cuja operação também envolve a prestação de serviços, precisa de inscrições em níveis estadual e municipal para operar, e frequentemente os órgãos responsáveis por esses processos são totalmente distintos e praticamente dependentes entre si. Ou seja, um processo de abertura da empresa só avança em um órgão após a aprovação do órgão anterior, atrasando o processo.

Posicionamento:

Aplicar e regulamentar a legislação que beneficia os negócios, em particular as micro e pequenas empresas, são uma forma de favorecer a atividade empresarial e empreendedora nos seus mais diversos matizes. A desburocratização do exercício da atividade econômica é defendida como uma das principais soluções para o livre acesso ao empreendedorismo, viabilizando não só a criação de novas empresas, mas, principalmente, gerando mais postos de trabalho e maior circulação de renda; e diminuindo as desigualdades sociais e regionais. Tudo isso sob o fundamento da valorização do trabalho humano.

Transformação digital no setor público

Contextualização:

A transformação digital no setor público permite o acesso do cidadão a informações por meio de dispositivos eletrônicos. A inclusão digital pressupõe que os serviços estejam acessíveis a todos. Para tanto, é necessário fomentar a integração dos dados e de sistemas, além de promover um amplo programa de capacitação para que a população possa vir a fazer o melhor uso dessas informações.

Posicionamento:

Apoiamos a transformação digital no setor público, uma vez que impacta positivamente toda a sociedade, gerando economia financeira, economia de tempo, agilização dos processos, segurança e proteção de dados para todos. Além do mais, entendemos que a automação do serviço público amparada pela tecnologia da informação tem, na realidade, um potencial amplo para organizar e produzir conhecimento sobre como nossa sociedade lida com questões públicas e sobre quais medidas podem ser desenhadas para alcançar soluções melhores.

Reduzir prazo de emissão de licenciamentos e alvarás

Contextualização:

Em recente relatório Doing Business Subnacional Brasil, exarado pelo Banco Mundial, a demora no prazo para emissão de licenciamentos e alvarás de funcionamento dos estabelecimentos comerciais foi apontada como um dos principais gargalos para a iniciação ao empreendedorismo no Brasil.

Posicionamento:

Defendemos e apoiamos medidas que visem à desburocratização do ambiente empreendedor, em especial aquelas que incentivem a abertura, a operação e a expansão de empresas, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico do País, aumentando a circulação de renda e a geração (e manutenção) de postos de trabalho. Nesse sentido, a Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019 (conhecida como Lei da Liberdade Econômica), é exemplo de incentivo à criação de um ambiente favorável à inicialização da atividade empreendedora, dispensando a necessidade de expedição de licenças e alvarás ao desenvolvimento de determinadas atividades econômicas classificadas como de baixo risco.



Institucional

Ampliar a representatividade da Fecomércio nos fóruns de debate em órgãos do governo

Contextualização:

Estreitar a comunicação dos empresários do terceiro setor junto aos parlamentares.

Posicionamento:

Criação de rotina de encontros dos empresários com os parlamentares em ações de café da manhã, momento para discussão dos temas de interesse do empresário para que o Legislativo tenha ciência e contribua com ações de relevância institucional. Também, a construção de um mailing list para estreitamento dos canais de comunicação junto aos parlamentares, com as informações dos resultados das ações dos empresários. Isso funcionaria como um canal de divulgação das tomadas de decisão e execução de ações por parte do terceiro setor, em contrapartida à atuação legislativa. Essas ações trariam como resultado a proximidade com os assessores dos parlamentares, construindo um fluxo de comunicação e celeridade, o que proporcionaria mais acesso a esses parlamentares.



Educação e bem-estar

Qualificação de mão de obra (parceria Senac)

Contextualização:

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) está presente na vida dos brasileiros há quase oito décadas, levando educação profissional de qualidade. Todavia, muitos empresários não conhecem toda a potencialidade que a instituição pode ofertar, e que contribui positivamente para que o setor de comércio de bens, serviços e turismo possa sempre servir à sociedade com bons profissionais.

Posicionamento:

Alinhamento e fortalecimento de relações com o empresariado, para apresentar ações de qualificação de mão de obra para o setor do comércio de bens, serviços e turismo, de acordo com os perfis socioculturais dos diversos municípios do estado. Assim como apresentar ações estratégicas de oferta de cursos e percursos formativos, para atender às necessidades dos setores impactados pela transformação digital no atual contexto do mundo do trabalho: ciência de dados, Inteligência Artificial (internet das coisas), segurança da informação, 5G, metaverso e habilidades socioemocionais.

Referência em Tecnologia da Informação

Contextualização:

O Senac capacita na área de Tecnologia da Informação para os diversos segmentos do comércio de bens, serviços e turismo no Estado da Paraíba.

Posicionamento:

Fortalecimento da marca Senac, agregando os diversos segmentos que trabalham com a importância da Tecnologia da Informação, que traz inovação, desafios e melhorias nos processos de trabalho.

Educação infantil e fundamental (Sesc)

Contextualização:

De acordo com o Plano Nacional de Educação, o Brasil deveria universalizar o acesso à pré-escola de todas as crianças de 4 e 5 anos até 2016. Entretanto, até 2020 o País não havia atingido a meta. Nas unidades de educação do Sesc na Paraíba (em João Pessoa, no Complexo Educacional Sesc/Senac Dom Ulrico; e em Campina Grande, Guarabira, Patos, Sousa e Cajazeiras), existem ações destinadas ao cuidado e à educação, com as quais a criança expõe suas ideias; investiga; argumenta; tem assegurados o seu tempo e ritmo e o contato com diferentes formas de conhecimento; e é ativa e participante em seu processo de aprendizagem.

Posicionamento:

Defendemos o aumento da oferta de vagas para as educações infantil e fundamental. Com inúmeras unidades presentes em todos os estados da Federação, o Sesc atua em colaboração com o Estado onde, muitas vezes, a estrutura do Poder Público não consegue alcançar em sua integralidade.

